

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta Mercantil

Class.: Amazônia/Desmatam.

Data: 15/10/93

Pg.: 16 176

ZONEAMENTO

Recessão econômica diminui devastação ambiental na Amazônia, conclui IBGE

por Sérgio Adeodato
do Rio

A recessão econômica, aliada às restrições de incentivos fiscais à agropecuária, vem freando a devastação ambiental da Amazônia a partir de 1980, concluem os técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos números que revelam uma significativa redução do ritmo de incorporação de terra na região.

Apurados durante a elaboração do Diagnóstico Ambiental da Amazônia — primeira etapa do Zoneamento Ecológico-Econômico, entregue à Secretaria de Assuntos Estratégicos em junho —, os dados mostram que de 1970 a 1975 a extensão de terras incorporadas (áreas devolutas que se tornaram estabelecimento rurais) cresceu 35%. Entre 1975 e 1980, o ritmo caiu para 34%, chegando a 11% no quinquênio 1980/1985. O IBGE apurou também que, em 1985, na última vez em que foi feito levantamento específico sobre o tema, os estabelecimentos rurais representavam 23% da área total da Amazônia Legal, enquanto em 1970 ocupavam 11% da região.

Essas são algumas das principais informações sócio-econômicas que os técnicos do IBGE estão levando em consideração na elaboração de relatório Subsídios às Estratégias de Desenvolvimento da Região

Unificação dos sistemas

por Sérgio Adeodato
do Rio

O IBGE iniciou o trabalho de unificação do sistema de referências geodésicas da América do Sul, que consiste na aplicação de técnicas uniformizadas para a definição de coordenadas geográficas, indispensáveis, por exemplo, na confecção de mapas sem discrepâncias de um país para outro.

“Atualmente, países como a Venezuela e o Uruguai usam sistemas de referência diferentes do adotado pelo Brasil, resultando, entre outros problemas, em diferenças na definição de

fronteiras”, explica Luiz Paulo Souto Fortes, chefe da Divisão de Pesquisas e Análise do Departamento de Geodésia do IBGE, instituição escolhida na semana passada, durante um workshop internacional em Assunção, para coordenar o Sistema de Referência Geocêntrico para a América do Sul (SIRGAS).

O projeto, que segue as diretrizes da International Territorial Reference Frame, que planeja unificar as referências para obtenção de coordenadas geográficas em todo o mundo, deverá ser concluído até 1997. Na América do Sul, serão instaladas 45 estações de captação de sinais de satélite.

Amazônica, que deverá ser concluído até o fim do ano, reunindo o resultado de uma análise crítica dos dezesseis principais projetos e programas ambientais do governo federal na região, com a intenção de compatibilizá-los às diretrizes de Diagnóstico Ambiental.

“Precisamos fornecer subsídios que permitam avaliar o impacto e as reais contribuições desses planos ambientais, que já têm em seu conjunto US\$ 489 milhões de financiamento a juros de mercado aprovados pelos principais agentes financeiros internacionais”, justifica Antônia Maria Martins Ferreira, uma das coordenadoras do relatório do IBGE, citando como exemplo o Plano 2.015, da Eletrobrás; o Pla-

no de Desenvolvimento da Amazônia, da Sudam; o Programa Piloto de Florestas Tropicais e o Sistema de Vigilância da Amazônia.

“Outra preocupação é integrar os projetos estaduais e municipais aos resultados do Diagnóstico”, completa Trento Natali Filho, coordenador do Zoneamento Ecológico-Econômico no IBGE, informando que sua equipe já visitou as capitais da Amazônia com o objetivo de levar as diretrizes traçadas pelo Diagnóstico ao poder público local. “Alguns estados, como Mato Grosso e Rondônia, já iniciaram seus planos próprios de zoneamento ambiental, estando à primeira vista compatíveis com os resultados do Diagnóstico”, pondera Natali, expli-

cando que “os estados não podem esperar a conclusão de um zoneamento a nível nacional, como pretende a SAE, uma vez que há recursos financeiros internacionais atualmente disponíveis para estes projetos”.

O Diagnóstico Ambiental dividiu a Amazônia Legal em 134 sistemas ambientais, sem contar com as áreas indígenas, avaliando que 40% da região encontra-se em situação ambientalmente crítica ou muito crítica, conforme os critérios de classificação definidos pelos técnicos. O estudo avaliou não o nível de devastação isoladamente mas “a sustentabilidade ambiental, econômica e social de seu processo de ocupação e desenvolvimento”, explica Natali.